

LEI MUNICIPAL Nº.: 3.099/2017, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Altera o art. 1º da Lei Municipal nº 2.913/2013, de 11 de abril de 2013.

A CÂMARA MUNICIPAL DE IPAMERI, ESTADO DE GOIÁS, aprova e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Altera o art. 1º da Lei Municipal nº 2.913/2013, que "Estabelece adequações da legislação municipal relativa ao Conselho Tutelar à Lei Federal nº 12.696/12, e altera dispositivos da Lei Municipal nº 711/93, que "Altera dispositivos da Lei Municipal nº 507/91, e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

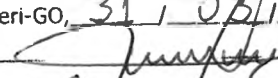
"Art. 1º - O *caput* do art. 26 da Lei Municipal nº 711/93, que altera dispositivos da Lei Municipal nº 507/91, que *"Dispõe sobre a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e dá outras providências"*, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 26 - Os Conselheiros Tutelares perceberão remuneração mensal a título de gratificação, tomando por base o nível de vencimentos dos servidores municipais que exerçam cargo em comissão símbolo CDAS-3, de acordo como Anexo XVI, da Lei Municipal nº: 3.081/2017, de 22 de março de 2017."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE IPAMERI - GOIÁS, aos trinta (30) dias do mês de março de 2017.

CERTIFICO que o referido Documento, nesta data, foi fixado e publicado no placar de costume da Câmara Municipal de Ipameri. Ipameri-GO, 31 / 03 / 2017


Hugo Walter Carneiro
Analista Legislativo


DANIELA VAZ CARNEIRO
PREFEITA MUNICIPAL

PROTOCOLO
Câmara Municipal de Ipameri
Recebi em 31/3/17 às 12:30